

# CULTURA DA GRATUIDADE: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

## CULTURA DA GRATUIDADE

Carla Vendramin

Coordenadora do GT Cultura da Gratuidade

Artista Docente do Curso de Licenciatura em Dança ESEFID-UFRGS

Porto Alegre, maio de 2016.

O V Encontro de Graduações em Dança do RS trouxe o tema “a cultura da gratuidade” para observarmos os modos de entendimento e valorização social sobre o fazer em dança na nossa cultura. O tema toca de forma bastante visceral artistas e professores da dança. O GT foi importante para discutir o contexto social da nossa valorização profissional, para observar nossos próprios discursos, exercitando a escuta com ideias divergentes, o respeito pelo outro e sua trajetória. O intuito foi de fomentar um exercício de identificar nossos modos de valorização profissional, as formas como fixamos nossos acordos de trabalho e que mensagens estamos alimentando dentro da classe da dança. Por conseguinte, que mensagem estamos comunicando à sociedade sobre como queremos ser valorizados.

Os grupos de trabalho desse encontro se dividiram em: gestão pública, educação e formação em dança, e produção artística. Nossos papéis e práticas em dança geralmente não se

dá de forma segmentada como a apresentada acima. Ainda que alguns profissionais possam atuar especificamente em apenas uma dessas funções, a maioria exerce ao menos duas delas. O subgrupos dos GTs foram unidos em um único GT, que iniciou com a fala dos convidados e terminou com a produção de um vídeo curto com a fala “nós não estamos paralisados, ... FICA MINC”. O período do Encontro de graduações coincidiu com a data de extinção do MINC – Ministério da Cultura, pelo governo do presidente Temer, que uniu esse ministério ao MEC – Ministério da Educação. A data de marcou um retrocesso doloroso tomado pelo governo e por isso foi premente terminar a discussão dos GTs com essa questão.

Os GTs iniciaram com as falas dos convidados do grupo gestão cultural, seguidos dos grupos educação e formação em dança e, em seguida, produção artística. Airton Tomazzoni, coordenador do Centro de Dança Municipal de Porto Alegre falou que não se formam gestores públicos, mas que esses se “tornam” gestores públicos no fazer e na prática. Para isso, ele acredita que é preciso dar conta de um lugar entre estar em uma instituição pesada e ainda fazer produção artística. Airton disse que é necessário fazer entender que a contratação do artista não é a mesma de outros funcionários. É necessário saber avaliar o contexto que estamos operando, fazendo um diagnóstico e buscando estratégias. Ele comentou que não adianta importar e reproduzir sentidos comuns que envolvem gestão. Airton está a frente da coordenação de dança desde 2005, e disse que tem coisas que já carregava consigo anteriormente como gestor. Porém, o que fez sentido em uma determinada época não faz mais atualmente. O que fez sentido em um determinado lugar, não faz em outros lugares. Airton trouxe duas perspectivas, a de que o profissional é aquele que é remunerado pelo seu trabalho e a de que o poder público se mantém com impostos, que faz com que ele exista. Por isso, os profissionais precisam ser remunerados, e é preciso dar acesso a população aos bens culturais. Com relação a pensar a gratuidade na sua prática, Airton relatou alguns dos projetos realizados na coordenação de dança do município de Porto Alegre. O projeto *Quartas na Dança*, traz companhias profissionais de dança para apresentações feitas no Teatro Municipal Renascença. O projeto estabeleceu que as companhias que participam são aquelas que vivem da dança e, portanto, precisam de um cachê

mínimo para isso. O projeto anterior, que se chamava projeto *Dançar*, democratizava a participação, porém pagava apenas 500 reais por grupo. Isso, na verdade, era uma ajuda de custo, diz Airton. Hoje, no *Quartas na Dança*, Airton avalia que é preferível ter menos envolvidos mas pagar os artistas de forma melhor. O cachê por grupo é de 3.000 reais. O ingresso para as apresentações desse projeto era gratuito. A partir de uma nova re-estruturação do projeto, se começou a cobrar ingresso do público. Airton disse que foi importante fazer 3 anos de projeto com ingresso gratuito para que houvesse formação de público com ingresso pago. A coordenação de dança também tem ações de formação, onde os alunos fazem aulas gratuitamente na *Escola Preparatória*, que fica na periferia do município, e no *Grupo Experimental de Dança*. Airton disse que pode ver na gratuidade uma forma de oferecer acesso a dança, apontando para o reconhecimento profissional e estimulando também o mercado.

Cristina Nora Calcagnotto é gestora e produtora cultural e atuou na *Cia. Municipal de Dança de Caxias do Sul* por 8 anos, dois como coordenadora da *Escola Preparatória de Dança (EPD)*, e 6 como diretora da Cia. Ela reconhece que se aprende muitas coisas com a prática e comenta que, como atua no setor privado e já atuou por muito tempo no serviço público, os dois lados têm as suas especificidades, particularidades e, principalmente, suas dificuldades. Nas produções independentes e particulares sem financiamento ou incentivo, na maioria das vezes, não se tem verba e a dificuldade é de articulação para buscá-la. No sistema público, o dinheiro, por menor que ele seja – em função da situação de cada município – está ali para ser usado, mas existe a dificuldade de trâmite e de sua pronta utilização. Ela conta das dificuldades de contratações no serviço público que implicam em licitação ou em inexigibilidade e que demandam uma série de trâmites burocrático, naturais do poder público, mas que trazem certos atrasos às produções artísticas. Explica que existe um embate quanto ao entendimento por parte de alguns gestores públicos de que, na dança (e nos segmentos artísticos em geral), existem particularidades e especificidades, e que muitos trabalhos são personalíssimos, sendo escolhido o profissional por sua notória experiência e currículo de acordo com o que será desenvolvido, o que faz com que seja impossibilitado simplesmente contratar o coreógrafo ou bailarino mais barato. Outra

dificuldade é que as contratações precisam ser feitas através de MEI – Microempreendedor Individual, nota fiscal ou RPA, e, muitas vezes, os profissionais não estão com os seus deveres em dia, atrasando também os processos administrativos. Além, como já é sabido por todos, da não existência da especificação das atividades exercidas do MEI para coreógrafo, bailarino e professor de dança. Gratuidade ou não, Cristina acredita que a discussão precisa permear também da maneira em que o poder público incentiva a dança e principalmente, como incentiva a sustentabilidade (ou a auto sustentabilidade) dos grupos ou projetos, tanto nos trabalhos inéditos como em situações pós-financiamento. Ela conta que, em sua gestão, incentivou muitos profissionais a buscarem alternativas para as produções de forma a não se vincularem a aprovação de seus projetos nos editais, ensinando sempre que a produção pode se valer de mecanismos de incentivo à cultura, mas não devem estar presos à ela. Ela conta que a Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul conta com 2% da verba do município, que o Financiarte (prêmio) aproveita 1% da arrecadação de ISSQN e IPTU, e que a LIC Municipal conta com 1,5% da arrecadação de ISSQN e IPTU, devendo ser captado nas empresas, o que, no montante final dos recursos, é uma boa parcela de verba que vem do poder público para a cultura da cidade. Por isso, existe uma grande produção em todos os campos da arte em Caxias, além dos artistas conseguirem facilmente captar seus projetos nas empresas patrocinadoras (via ISSQN e IPTU). Porém, Cristina acha que viver apenas de projetos é uma situação problemática e que as discussões de classe precisam perpassar por esse assunto. Os projetos, os grupos, os coletivos, e as produções no geral têm que ser autossustentáveis, buscando sempre ações e estratégias de continuidade. Cristina conta ainda, para finalizar, que a *Cia. Municipal de Dança de Caxias*, é uma das dezessete companhias oficiais (criadas por lei) do país, existe há 18 anos com bailarinos remunerados pelo município e que vivem com uma complementação financeira que vem de projeto de LIC Municipal viabilizado por meio de uma Associação, em função do baixo valor pago pela Prefeitura. Essa prática tem gerado dúvidas sobre sua legitimidade e legalidade - quanto ao seu funcionamento e gerenciamento - que é comum em todo o país, tanto em grandes Companhias, como em outros corpos artísticos como Orquestras e Coros, que tem como seus empreendedores culturais, parceiros

como fundações, cooperativas, associações e afins. Cristina assumiu a *Escola Preparatória* no início de 2007 e a direção da Cia. em janeiro de 2009, e na época havia a Cia. e a Escola, não existindo um departamento de dança, apesar de existir a Unidade de Teatro e de Música na Secretaria. Então, assim que assumiu, criou a Unidade de Dança, que gerencia e busca melhores condições para a dança na cidade, além de promover o *Caxias em Movimento*, workshops regulares, e os *Encontros em Comemoração ao Dia Internacional da Dança*, com muitos espetáculos gratuitos ou a preços populares, bate-papos, lançamentos de livros, incentivo e apoio à projetos, workshops gratuitos, envolvendo, em todos os casos, as diversas modalidades de dança em seu mais amplo sentido. A *Escola Preparatória* mantém 80 alunos para uma formação em dança gratuita, em um período de 6 anos na escola. Cristina diz que, devido às limitações da gestão pública em Caxias do Sul, no que se refere ao pagamento dos profissionais, somente foi possível fazer muitas atividades e eventos de dança com profissionais de fora, devido ao apoio do Rumos Itaú Cultural, da Funarte – MINC, da Lei Rouanet, do Funproarte, do Financiarte, da LIC Municipal, etc., o que também possibilita a formação de público com muita gratuidade, democratização e acesso.

Joana Willadino, coordenadora de dança da *Secretaria de Cultura de Canoas* relata sua experiência de 10 anos que vem a partir da dança na escola, dança criativa e, há 4 anos, atua na secretaria de Canoas. Joana relatou que todo o trabalho construído no projeto que existia em 8 escolas, atingindo 1200 professores foi encerrado na troca de governo. Joana diz que a vontade e a gana de fazer e acontecer é levada a qualquer função e situação, desde que ela seja um mote presente e premente. Se for com vontade e propriedade, a vontade e a gana faz com que aquilo que se faz dê certo. Joana começou a gerenciar a dança em 2012, porém, esse cargo específico não existe em Canoas. O cargo dela está oficialmente inscrito como gerente de artes visuais. Ela acha importante olhar para qual é o potencial cultural na cidade. Atualmente existe 300 mil reais anuais para projetos culturais, mas está se tentando implementar outras coisas. Joana relata que já passaram sete diretores pela secretaria da cultura de Canoas e que muitos deles tinham variadas formações, não sendo técnicos de cultura. Joana conta o fato de muitos diretores não terem conhecimento da área é extremamente prejudicial e que muitas das

ações depende da relação direta com os gestores e depende de quem são os gestores. Em abril desse ano foi possível consolidar um projeto piloto para uma companhia municipal. Joana pontua que o *Colegiado Setorial Municipal de Dança* tem uma atuação bastante forte e articulada e, a partir dele, muitas pressões políticas são feitas. Joana contou que a relação da prefeitura permite apenas três formas de contratação: a licitação, o registro de preço e a inexigibilidade, contratar produção e o registro de preço é para materiais, não para artistas. Pela inexigibilidade o artista precisa comprovar que tem notoriedade no que faz, tem de ter no mínimo três reportagens de jornal. Joana falou da necessidade de os artistas da dança se interessem por conhecer. Ela fala que muitos artistas reclamam sobre questões de edital e participação em eventos, mas que deveriam procurar conhecer mais o contexto. Ainda a respeito da necessidade de conhecer, Joana falou que ninguém gosta do que não conhece. Por isso, é preciso trazer conhecimento para as escolas básicas e trazer um contato mais próximo com a arte, que é possível através do acesso à cultura, gratuitamente. Ela acredita que o tema gratuidade é importante já na formação básica, mas não tem uma opinião fechada sobre isso. É necessário abrir a escuta, as esferas do corpo, ouvir, olhar as demandas, os contextos, os lugares.

Marco Fillipin trabalha com gestão desde 1999. Para ele a dança é seu mote primeiro e o resto se segue sendo permeado pelo corpo. Marco trabalha na *Secretaria da Cultura de São Leopoldo* desde 2006. Ele disse que lá é comum muitos secretários e gestores pensarem na arte gratuita. Por exemplo, eles fazem um evento que custa 15 mil no seu total, pagam todos os custos com isso e querem que os artistas se apresentem de graça. Ele contou que estão no oitavo secretário, que tiveram nesta gestão (2013-2016). Por isso, muitas vezes é preciso simplesmente fazer um trabalho de resistência dentro da secretaria para que a cultura e seus equipamentos não sejam extintos. Ao invés de fazer ações de fomento à dança, esse trabalho de resistência, por vezes, é o único possível. Marco disse que São Leopoldo tem uma gama de leis relacionadas a cultura pelas quais ele se norteia e faz pressão política. Ele conta que a cidade tem o Fundo de Cultura que aporta 160 mil por ano e que o último edital saiu apenas porque o conselho da cultura pressionou o prefeito através da lei. Ele contou que em São Leopoldo as coisas só funcionam através da lei e através

de pressão. Existe um plano municipal de cultura de 10 anos, e eles se apegam as leis que o regem. Isso movimenta a comunidade e movimenta o pensar. Marco disse que a gestão pública é uma espécie de pântano. Ele diz que é preciso entender que o cargo de secretário da cultura não é passageiro, o que é passageiro são as pessoas nele, os CPFs. Os políticos pensam em tirar vantagem e dar visibilidade a si próprios. Por isso a importância de ter um cargo técnico, como a que ele ocupa. Marco contou que criou um projeto piloto de uma companhia municipal que ficou vigorando por 4 anos e que, quando mudou o governo, terminou. Ele diz que é bem difícil lidar com os políticos que estão no poder, pois não entendem que é necessário pagar cachês aos artistas, que existe a especificidade da dança nas artes cênicas e querem que se fique fazendo “dancinhas” nas suas festas e eventos. Por isso, essa sensação de pântano. Ainda assim, Marco diz que o pessoal da administração não sabe e não entende o processo dos fazeres da dança e que é sua responsabilidade informar e dizer como as coisas tem de serem feitas. Ele disse que os regulamentos e as leis dão possibilidades, que é trabalhoso, mas é preciso se basear nas leis para levar as ações adiante.

Flavia Pilla do Valle, professora da UFRGS, iniciou as falas do referentes ao GT formação e educação em dança. Disse que a gestão universitária e/ou escolar também se aprende fazendo e que os alunos licenciados em dança também poderão passar por essa experiência atuando na escola. O trabalho como coordenadora de um curso de dança universitário, na sua experiência tanto na ULBRA como atualmente na UFRGS, passa muito por um trabalho de leitura de legislação e normativas. A universidade pública tem pensado suas vagas gratuitas e a responsabilidade que os alunos tem sobre elas. Ela diz que as vagas, na verdade não são gratuitas, pois são pagas através dos impostos pela sociedade. Pensando nisso, a UFRGS criou uma resolução que normatiza o desempenho docente, isto é, estabelece regras para uma matrícula responsável. Assim, o aluno poderá ser desligado por insuficiência de desempenho, por exemplo, se continuamente é reprovado por excesso de faltas. A gratuidade do sistema público de ensino pode ser pensada, portanto, por esse viés.

Lucia Brunelli, coordenadora do curso da ULBRA acredita que a oportunidade e o acesso a educação devem ser gratuitos. Através

da sua experiência de atuação em empresas públicas e privadas, ela diz existirem problemas em ambas. Contou que a universidade privada também possui entraves burocráticos e enfrenta questões com relação ao entendimento sobre as especificidades da dança. O diretor do campus, por exemplo, não entende porque a dança requer algumas especificidades, como por exemplo, um piso especial que não pode ser usado para outros fins como festas e eventos, ou dinheiro para produzir minimamente apresentações artísticas no final dos semestres. Atualmente, apesar de ser uma universidade privada, a ULBRA oferece formação com 100% de gratuidade, pois existem 49 mil bolsas PROIES que estão sendo ofertadas, mais bolsas PROUNI e FIES. Isso aconteceu devido a um programa do governo federal que negociou dívidas antigas de impostos não pagos pela Universidade, durante o período de gestão inadequada do reitor anterior da ULBRA. O curso de licenciatura em dança da ULBRA foi indicado para processo de extinção em 2014, assim como outros 11 cursos da Instituição, com o argumento de que era preciso diminuir custos e esses, por terem um menor número de alunos, não eram cursos rentáveis. Em dezembro de 2015, o Curso de Dança foi aprovado pelo Consun – Conselho Universitário, a reversão da extinção, sendo necessário então realizar o recadastramento no MEC para sua continuidade, processo que está sendo encaminhado, paralelamente à Reestruturação das Licenciaturas da Ulbra, a partir da nova legislação para a área. Assim, o processo está em andamento, enquanto os alunos cursantes continuam seus estudos até a conclusão de toda a sua grade curricular. A nova oferta de vestibular está prevista para o início de 2017.

Clóvis Rocha, diretor da *Developpé Escola de Dança* e também gestor público, Diretor do IEACEN – *Instituto de Artes Cênicas do RS*. Clóvis conta que no período que foi presidente da ASGADAN – *Associação Gaúcha de Dança*, ele trabalhou com questões relacionadas as escolas livres de dança, a educação não formal. Eles diz que as escolas não formais se encontram em um lugar entre pensar escolas que formam público e profissionais. Clóvis acredita que dentro das escolas não formais é necessário pensar não somente na finalidade econômica. Devido ao contexto socio-econômico e cultural, com frequência as escolas acabam por quebrar quando tem esse foco único. Por isso é importante pensar a escola não formal

como projeto cultural e traçar um plano de ação, equipe, objetivos e metas. Não existe uma capacitação para gestores culturais trabalharem nas escolas de dança não formal. Os profissionais ficam em um limbo, não se encontram representados no SATED, pois esse é um sindicato de artistas, mas encontram apoio na ASGADAN, que vem atuando em questões mais relacionadas a realidade dessas escolas. Clóvis conta que no ano passado a ASGADAN trabalhou coletivamente com escolas do ensino não formal sobre a questão do ECAD. O ECAD *Escritório Central de Arrecadação e Distribuição* estava obrigando que as escolas pagassem sobre as músicas que estavam sendo utilizadas em aula. Ele conta que foi importante que as escolas não formais se unirem e olharam questões diretamente relacionadas a elas.

Susana França é professora concursada em Dança da SMED em Porto Alegre e hoje trabalha 40 horas ocupando esse lugar público. Ela observou a importância de ofertas públicas e gratuitas de formação em dança, tendo ela mesma se formado na primeira turma de Licenciatura em Dança da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e posteriormente, se tornado mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pontuou que quando se afirma o termo de cultura da gratuidade, também se admite a existência de uma cultura da não gratuidade. Perguntou a partir de qual gratuidade se falaria e para quem? E como? Ela comentou que é preciso analisar para quem é dado a gratuidade e por quem, pois é preciso avaliar de perto como as coisas são feitas. Susana passou por diferentes lugares pelos quais teve contato com diferentes entendimentos de gratuidade. Considerando a desvalorização histórica da arte, e o momento atual que vive o país, não vê um futuro cor-de-rosa, e critica, em sua experiência com os alunos, as relações de gratuidade quando observa que muitas vezes os alunos não sabem valorizar o que recebem. Exemplificou com a entrega gratuita de uniformes, que em seguida são descartados, sendo um desperdício do dinheiro público. Ela entende que as aulas não são gratuitas, pois os professores estão sendo pagos pelo governo, e através de impostos vindos dos cidadãos. Susana disse que leciona pela manhã na Escola Preparatória de Dança e à tarde no ensino regular e que esses lugares são universos diferentes. O primeiro é de formação de bailarinos e o segundo é de dança educação. Susana

fez uma crítica de que alguns projetos são muitas vezes sucateados e os profissionais se sujeitam a trabalhar sem receber pagamento, o que desvaloriza o profissional da dança no mercado. O sistema público tem muitas dificuldades, por exemplo, para que os alunos possam assistir espetáculos de dança ou para que artistas da dança possam se apresentar na escola. Existem também a dificuldade de recursos físicos, por exemplo, não ter um aparelho para assistir um vídeo. Susana comentou que apesar dos avanços, existem muitas dificuldades a serem transpostas e que a classe da dança deve buscar se unir e tentar encontrar formas de efetivamente se apoiar.

O artista de dança Eduardo Severino iniciou as falas do último GT, produção artística. Ele iniciou sua fala a partir da sua companhia, que existe há 15 anos no mercado e contando um pouco sobre a administração da sala 209 no projeto USINA DAS ARTES, que existe há 11 anos, juntamente com a Companhia de Dança Ânima, de Eva Schul. Ele conta que a sala se transformou em uma referência para a dança contemporânea, que as ações foram sendo construídas pelo coletivo sem ter recursos financeiros para isso. A vontade de fazer ações de construção coletiva de um pensamento em dança foi o que foi dando formato a construção daquele espaço. Em alguns momentos as companhias Eduardo Severino e Ânima receberam apoio financeiro de editais. Nesses momentos, o ingresso ao público foi gratuito. Ele disse que quando os trabalhos não têm apoio financeiro, se cobra ingresso e se exige que não sejam distribuídos convites. Eduardo falou sobre a importância de que se entenda que os artistas vivem de seus trabalhos e que esse mercado seja estimulado. Com isso se pergunta, quanto custa o trabalho. Para ele, valorizar o trabalho passa por também prestigiar o trabalho de outros artistas da dança e criar uma rede de economia. Ele conta que a FUNARTE – MINC foi fundamental para criar redes de artistas e circulação em todo o Brasil. Dessa forma foi possível trazer artistas visitantes na sala e também levar produções artísticas para vários outros estados. Por isso, a importância de que essas políticas continuem. Eduardo disse que raramente pagou por aulas de dança na sua formação pois os homens sempre foram incentivados e recebiam bolsas. Ele acredita que aulas gratuitas são importantes para uma formação inicial, porém pode ser uma faca de dois gumes. Por um lado dá possibilidades de acesso e por outro pode estar tirando trabalho de um outro profissional. Eduardo contou que

já teve alunos mensalistas que vieram através de um primeiro contato em uma oficina gratuita, e que isso é uma possibilidade positiva. Um outro assunto que ele apontou, foi a contrapartida exigida nos editais. Ele criticou o funcionamento de editais que favorecem os projetos de acordo com o maior número de contrapartidas gratuitas. Nesse sentido, Eduardo enfatizou a questão de que a própria obra já é a contrapartida e isso muitas vezes não é reconhecido.

Diego Esteves fez uma breve relato da sua experiência e disse que o processo criativo é norteador da sua prática, a função de gestor cultural veio posteriormente como uma demanda. Criador do NECITRA, Diogo conta que esse é um coletivo de artistas que funciona como uma rede de apoio para a criação, produção e administração das suas obras e pensares sobre o fazer artístico da dança e circo. É um espaço permanente de trabalho autônomo onde não necessariamente se trabalha com recursos de editais. Diego conta que, por se tratar de jovens artistas, foi necessário que houvesse um tempo de investimento no crescimento de seus trabalhos artísticos e currículo. O grupo se auto gere e gera estratégias sobre como fazer, reflexões sobre seus porquês, dando suporte uns aos outros. Assim, não necessariamente precisar ganhar algum edital para relizar seu projeto. Diogo conta que um exemplo disso é o projeto *Desdobramentos*, onde haviam edições a cada dois meses com apresentações, mas o espaço era de investigação. Esse espaço propiciou que os trabalhos pudessem se desenvolver sem ter a pressão da criação de uma obra, como acontece nos projetos financiados. Todos os artistas se envolviam com tudo e tomavam suas decisões juntos. O coletivo tem reuniões semanais, pois acham importante que façam suas articulações além do aspecto de produção artística. Segundo Diego, dessa forma o movimento político transborda o Necitra. No núcleo eles discutem orçamento, valores de cachê, etc. Ele aponta que a cultura é um direito social, tanto quanto educação e saúde. A produção já deve ser a contrapartida dos editais. Diego falou que o coletivo é importante para conseguir dar conta de uma demanda que as vezes é difícil lidar sozinho. Quando se vê os problemas e não se sabe soluções, o coletivo consegue uma ação conjunta e influenciadora.

Luka Ibarra já trabalhou com uma gama grande de artistas da cidade com a produção de espetáculos de dança e também trabalha na produção de shows internacionais. Ela expôs que a maioria das

pessoas critica o acesso da população às artes e a falta de cultura da população, mas apresenta em contraposição a esta circunstância, dados da UNESCO que referenciam que 7% do PIB Mundial vem da indústria cultural. Ainda, ela afirma que segundo dados do IBGE, 6,7% da renda familiar dos brasileiros é consumido em atividades culturais de diferentes tipos. Isso inclui a cultura de entretenimento que, segundo ela, não deve ser levada de forma pejorativa, pois afinal, não se pode dizer que arte não dá dinheiro. Ela afirmou que na visão de um produtor, a gratuidade pode ser considerada de forma muito simplista: se o espetáculo está pago por algum tipo de financiamento, ele pode e deve ser gratuito. Se o espetáculo foi custeado de forma independente, ele não deve ser gratuito. Mas que a grande questão reside em verdade, no tipo de bem de consumo que a arte é, e que essa resposta estaria nas ações de cada indivíduo, sobretudo naquele momento, nos estudantes da faculdade de Dança. Ela questionou diretamente aos alunos para pensarem em quanto que eles investem, consumindo o produto que eles mesmos estão se graduando para oferecer para o mercado. Afirmou que não adianta criticar que tipo de arte que a população consome, se os próprios artistas não consomem das artes um dos outros. E ainda citou Thoreau: As pessoas não mudam, quem muda somos nós.

Diego Mac, coreógrafo e criador do *Macarenando Dance Concept*, parte da sua experiência pessoal na sua fala. Ele pontua que “grátis” leva a ideia de não remuneração, mas que isso não significa que não se envolva dinheiro e valores. Assim, ele diz que na nossa sociedade o valor está no dinheiro. A arte pode ser subversiva em criar outros modos de valorização e pensa sobre quais são nossas estratégias individuais para construção de manutenção e valorização da dança com possibilidades não somente pelo dinheiro. Diego falou que ainda que a arte possa subverter, é importante se valer da realidade existente, pois o dinheiro é sim relevante no contexto social, cultural e humano. Segundo ele, se corre o risco de, ao eliminar o dinheiro, também se eliminar o valor da dança. Por isso ele pensa que legitimar a gratuidade como único meio, é legitimar a continuação dessa ideia. Diego falou que no *Macarenando*, eles não prevêm gratuidade. Além da produção artística, eles também pensam no que se oferece como processo formativo e no aprendizado de valores éticos.

O tema, “cultura da gratuidade”, é pertinente aos profissionais da dança em todos os seus fazeres, e não se esgota em apenas um encontro de discussões. Porém, o GT foi um excelente momento em que se fez presente uma interlocução entre estudantes e profissionais atuantes dentro e fora da universidade. Dessa forma, buscando um diálogo sobre a realidade das experiências vividas, a discussão e contextualização do tema proposto. Cada artista da dança tem sua história de resitência e conquistas profissionais. O seu desenvolvimento profissional não necessariamente é refletido em uma valorização social e econômica, por isso, acredito que a prática do diálogo para o entendimento sobre modos de atuar e provocar mudanças são importantes. Os fazeres dos artistas da dança são múltiplos, e cada um constroi sua trajetória conforme variáveis de escolhas, oportunidades e também algumas restrições individuais.

### **GT1 - A cultura da gratuidade e a gestão pública**

Mediação: Flavia Pilla do Valle (UFRGS)

Convidados:

- Airton Tomazoni (Centro Municipal de Dança)
- Cristina Nora Calcagnotto (Gestora Cultural)
- Joana Willadino (Coordenadora Dança da Secretaria de Cultura de Canoas)
- Marco Phillipin (Secretaria Municipal de Cultura de São Leopoldo)

### **GT2 - A cultura da gratuidade e a educação e formação em dança**

Mediação: Lucia Brunelli (ULBRA)

Convidados:

- Clóvis Rocha (Diretor do IACen)
- Thaís Petzhold Casa Cultural Tony Petzhold)
- Susana França (Professora SMED/POA)

### **GT3 - A cultura da gratuidade e a produção artística**

Mediação: Mônica Dantas (UFRGS)

Convidados:

- Eduardo Severino (Usina das Ates - sala 209)
- Diego Esteves (Diretor de Dança)
- Luka Ibarra (Produtora Cultural)
- Diego Mac (Macarenando Dance Concept)